

Primeiro Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência



Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Lisboa, 19 a 21 de Junho de 2017

Organização e apoio:



Parceria para a Transparência
no Acordo de Paris



GLOBAL SUPPORT
PROGRAMME

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

On behalf of
Federal Ministry for the
Environment, Nature Conservation
and Nuclear Safety
of the Federal Republic of Germany

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE



GOVERNO DE
PORTUGAL
MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

.be



Empowered lives.
Resilient nations.



CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

20 anos

Relatório do Primeiro Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência

Introdução e objetivos

Entre os dias 19 de 21 de junho de 2017 foi realizado na sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa, o **Primeiro Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência**. O evento foi organizado com apoio dos governos de Brasil, Portugal, Alemanha e Bélgica, bem como da Parceria para Transparência, PNUD, PNUMA e CPLP, e contou com a participação de representantes de todos os 9 países lusófonos.

A atividade fez parte do Plano de Trabalho da Presidência Brasileira pro tempore da CPLP, que tem como tema “A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”¹.

O seminário marcou o lançamento do Núcleo Lusófono da “Parceria para Transparência no Acordo de Paris²”, na esteira dos entendimentos alcançados na reunião de representantes de países de língua portuguesa, à margem da 22^a Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Marraquexe (COP22). A iniciativa tem como objetivos promover o intercâmbio de experiências e o fortalecimento de capacidades entre países lusófonos para o cumprimento das obrigações de comunicação e transparência assumidas no âmbito da UNFCCC e seu Acordo de Paris.

O objetivo do Seminário era reunir os 9 países de língua portuguesa³ para a troca de experiências sobre os desafios e lições apreendidas no estabelecimento e operação de sistemas de **mensuração, relato e verificação (MRV)**, em particular em relação a:

- Transparência e MRV na UNFCCC;

¹ Está relacionada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13, segundo o qual se devem “tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos”.

² Para saber mais sobre a Parceria para Transparência no Acordo de Paris, consulte: <https://www.transparency-partnership.net>

³ Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Relatório do Primeiro Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência

- Importância e barreiras para arranjos institucionais robustos e sustentáveis para inventários nacionais de gases de efeito estufa (GEE), Comunicações Nacionais e relatórios bienais de atualização;
- Identificação dos recursos (humanos e financeiros) disponíveis e necessários para os arcabouços institucionais de transparência;
- Inventários nacionais de GEE, incluindo:
 - Coleta de dados: tipo de dados necessários, fontes de dados, métodos para a coleta, problemas relacionados à coleta, possíveis soluções, controle e garantia de qualidade, armazenamento de dados;
 - Metodologias para inventários: guias do IPCC;
 - Softwares para inventários;
- Relação dos inventários com o MRV de ações de mitigação;
- Relato de ações de mitigação: experiência adquirida e barreiras;
- Anexo técnico ao BUR: MRV de resultados de REDD+;
- Elaboração de BUR e o processo de ICA/FSV.

Breve contexto sobre o MRV nos países lusófonos e principais considerações realizadas durante o Seminário

Atualmente os países signatários da UNFCCC têm a obrigação de relatar suas emissões e remoções antrópicas de GEE, assim como outras informações pertinentes a mudança do clima, como por exemplo seus esforços de mitigação. Estas obrigações são diferentes para países desenvolvidos e países em desenvolvimento, assim como para países menos desenvolvidos (LDCs).

Até a presente data os países lusófonos tinham apresentado os seguintes documentos para a UNFCCC⁴:

⁴ Consulta realizada no site da CQNUMC (http://unfccc.int/national_reports/items/1408.php) em 27/6/2017.

Relatório do Primeiro Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência

Angola	01 Comunicação Nacional (2012)
Brasil	03 Comunicações Nacionais (sendo a última em 2016) 02 relatórios bienais de atualização (sendo o último em 2017)
Cabo Verde	02 Comunicações Nacionais (sendo a última em 2011)
Guiné-Bissau	02 Comunicações Nacionais (sendo a última em 2011)
Guiné Equatorial	
Moçambique	01 Comunicação Nacional (2006)
Portugal	06 Comunicações Nacionais (sendo a última em 2014) 02 relatórios bienais (sendo o último em 2015)
São Tomé e Príncipe	02 Comunicações Nacionais (sendo a última em 2012)
Timor-Leste	01 Comunicação Nacional (2014)

Em que pesem as diferentes obrigações entre os países, durante o Seminário ficaram evidentes as diferenças existentes de arranjos institucionais, capacidade humana, tecnológica e financeira entre os países lusófonos para atender aos requisitos de MRV da UNFCCC.

Também ficaram evidentes durante o Seminário os desafios e oportunidades decorrentes das novas obrigações de transparência do Acordo de Paris, em particular em relação à “estrutura de transparência fortalecida para ação e apoio” estabelecida no Artigo 13. Especial atenção deve ser dada para a elaboração das modalidades, procedimentos e diretrizes da estrutura de transparência (prevista para ser concluída em 2018) de forma a permitir uma transição adequada do atual sistema de MRV (com foco principal nos compromissos até 2020) para o sistema previsto no Acordo de Paris (com foco principal nas contribuições nacionalmente determinadas após 2020⁵).

Apesar das dificuldades os participantes foram unânimes em reconhecer a necessidade de interação, as oportunidades de sinergias e as possibilidades de colaboração. Estas interações, sinergias e colaborações deverão ser fundamentalmente no nível técnico, porém sempre procurando informar os diferentes níveis políticos em cada país e na própria CPLP.

⁵ Para a lista das contribuições nacionalmente determinadas dos países lusófonos consulte: <http://www4.unfccc.int/ndcregistry/Pages/Home.aspx>

Relatório do Primeiro Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência

Uma das principais sinergias identificadas durante o Seminário foi a própria língua portuguesa que permite um maior intercâmbio de ideias e experiências entre os países lusófonos, que muitas vezes acabam dependendo de consultores internacionais e/ou interações com outros países que não falam o idioma português.

Foi ressaltado também que os sistemas de MRV inicialmente desenvolvidos para atender aos requisitos de transparência da UNFCCC e/ou o Acordo de Paris possuem um enorme potencial para serem transformados em ferramentas para o planejamento nacional, assim como para apoiar estratégias de captação de recursos com vistas ao estabelecimento de uma economia mais resiliente e baixa em emissões de GEE alinhada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, tal transformação não é simples e exige, além de aportes adicionais e previsíveis de recursos, um esforço considerável de capacitação e coordenação entre diferentes instituições de governo e por fim o estabelecimento de arranjos institucionais sólidos e sustentáveis. Novamente, a troca de experiências entre os países do Núcleo Lusófono poderá auxiliar nesta transformação.

É importante ressaltar que não se trata de buscar “copiar receitas” de outros países, mas de sim aprender da experiência acumulada e/ou contribuir conjuntamente no desenvolvimento de capacidades, a partir de necessidades identificadas pelos países do Núcleo, desenvolver conjuntamente soluções que respeitem a diversidade econômica, política e social que existem entre os países do Núcleo, no marco da cooperação Sul-Sul.

Conteúdo temático abordado no Seminário

O seminário contou com a apresentação de vários peritos de diversos países do núcleo lusófono, em maioria de brasileiros, tanto representantes governamentais como consultores, e adotou uma metodologia de interação que foi bastante participativa para a troca de ideias e experiências.

Relatório do Primeiro Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência

No primeiro dia realizou-se uma apresentação sobre a “Parceria para a Transparência no Acordo de Paris” e refletiu-se sobre as oportunidades associadas e a formalização do núcleo lusófono. Por conseguinte, foram apresentadas as linhas centrais do “Panorama geral sobre transparência e MRV sob a UNFCCC”, refletindo-se sobre as regras existentes desde a entrada em vigor da Convenção, o Marco de MRV associado aos resultados do Plano de Ação de Bali e a dinâmica atual da negociação de regras para a “estrutura de transparência” do Acordo de Paris.

Ainda no primeiro dia do Seminário, houve a apresentação de experiências práticas e lições aprendidas de Moçambique e de São Tomé e Príncipe. Assim, foi apresentado o “Sistema Nacional de Inventários de Gases de Efeito Estufa de Moçambique” e posteriormente o “Arranjo institucional para elaboração das Comunicações Nacionais e dos relatórios bienais de São Tomé e Príncipe”.

O segundo dia do seminário avançou sobre o tema “Inventários de Gases de Efeito Estufa” onde houve uma apresentação das regras básicas existentes e posteriormente foi apresentada “A experiência Portuguesa na realização de inventários de emissão de poluentes atmosféricos”. Tais debates foram seguidos pelas apresentações de “softwares” para inventários de GEE e exemplos de exercícios práticos sobre a temática. Peritos representantes do governo brasileiro apresentaram ainda a experiência e lições aprendidas do relato de ações de mitigação e dos sistemas de MRV de REDD+ do Brasil, assim como o processo de elaboração dos dois primeiros relatórios bienais de atualização e dificuldades enfrentadas no processo de Análise e Consulta Internacional⁶.

Os registros das apresentações (“arquivos PDF”) que foram realizadas ao longo dos dois dias de seminário estão disponíveis nos anexos deste documento.

⁶ A agenda e fotos do evento se encontram disponíveis em: <https://www.transparency-partnership.net/first-workshop-cluster-lusophone-lisbon>.

Relatório do Primeiro Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência

Possíveis encaminhamentos

Como resultado das discussões realizadas os participantes do Seminário identificaram possíveis atividades futuras a serem realizadas sob a coordenação do “Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência”.

A lista de atividades apresentada a seguir foi elaborada com base no processo interativo, particularmente em sugestões e comentários realizadas pelos participantes durante as apresentações do Seminário. As atividades listadas são indicativas, cuja elaboração e implementação dependerão de análise de viabilidade a ser realizada posteriormente.

As atividades sugeridas são:

1. Traduções para o português de materiais relacionados a mudança do clima, transparência e MRV, em particular:
 - a. Material de treinamento do CGE (Grupo Consultivo de Peritos)⁷;
 - b. Guias do IPCC para a elaboração de inventários nacionais de GEE⁸;
2. Estabelecimento de uma rede virtual para o intercambio de informações/experiências relativas a MRV e transparência, incluindo:
 - a. Status sobre o andamento da elaboração de Comunicações Nacionais e relatórios bienais de atualização⁹;
 - b. Informações e experiências relacionadas a REDD+;
3. Criação de uma “bolsa de especialistas” lusófonos em MRV para apoiar os países lusófonos que necessitem;
4. Realização de seminários técnicos presenciais, abordando os temas de:
 - a. Estratégias e planos de ações de Adaptação;
 - b. Apoio (Financiamento, Tecnologia e Capacitação)
 - c. Medidas de mitigação de GEE;
5. Realização de Webinars, abordando os temas de:

⁷ Disponíveis em: http://unfccc.int/national_reports/non-annex_i_natcom/cge/items/2608.php

⁸ Disponíveis em: <http://www.ipcc-nggip.iges.or.jp>

⁹ Os relatórios bienais de atualização encontram-se disponíveis em: http://unfccc.int/national_reports/non-annex_i_natcom/reporting_on_climate_change/items/8722.php

Relatório do Primeiro Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência

- a. Contabilidade das emissões e remoções (em relação ao Artigo 6 do Acordo de Paris e métricas comuns);
 - b. Operacionalização da provisão de flexibilidade, definida pelo Artigo 13, parágrafo 2 do Acordo de Paris¹⁰ (preferencialmente após submissão dos países sobre as modalidades e procedimentos da “estrutura de transparência” a serem realizadas até o dia 30/09)
5. Capacitações (presenciais e/ou on-line) sobre os temas de:
- a. Mensuração dos resultados de mitigação incluindo políticas e medidas (em CO₂ equivalente e/ou outras métricas);
 - b. Uso das Guias do IPCC para a elaboração de inventários nacionais de GEE;
 - c. Elaboração dos relatórios bienais de atualização (com foco em inventários e mitigação);
 - d. Uso da terra, mudança do uso da terra e florestas (incluindo uso de sistemas de sensoriamento remoto, como por exemplo “Google Earth”);
6. Atividades de controle e garantia de qualidade de inventários nacionais de GEE por países lusófonos;
7. Estabelecimento de um mecanismo lusófono voluntário de análise técnica dos inventários nacionais de GEE (através da realização de análise entre pares; análises centralizada; e análises no país);
8. Estabelecimento de um mecanismo para auxiliar na aprovação de financiamento de atividades de mitigação (como por exemplo, ações de mitigação nacionalmente determinadas);
9. Avaliação das necessidades e/ou oportunidades decorrentes da transição do sistema atual de MRV (i.e. IAC/BUR) para a “estrutura de transparência” do Acordo de Paris (possivelmente após a definição das modalidades e procedimentos em 2018);

¹⁰ “A estrutura de transparência deve fornecer flexibilidade às Partes países em desenvolvimento que assim necessitem, à luz de suas capacidades, na implementação das disposições deste Artigo. As modalidades, os procedimentos e as diretrizes a que se refere o parágrafo 13 deste Artigo deverão refletir essa flexibilidade”.

Relatório do Primeiro Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência

10. Aproveitamento de eventos de capacitação de outros órgãos (como CGE workshops anuais – regionais nas áreas de inventário de GEE, mitigação, adaptação, CNs e BURs) para realizar consecutivamente atividades de capacitação e captação de recursos para apoiar as atividades do núcleo lusófono;
11. Busca de parceiros financeiros para apoiar as atividades priorizadas pelos países do núcleo lusófono para ampliar a cooperação sobre o tema;
12. Manter um diálogo entre os membros para facilitar a elaboração de propostas de apoio isoladas ou conjuntas para ampliar o sucesso dos países lusófonos em lograr apoio as suas atividades de MRV e transparência.

Para que estas atividades possam ser realizadas seria desejável que um dos países membros do Núcleo assumisse o papel de liderança durante o primeiro ano de atividades do Núcleo, com o devido apoio logístico, técnico e financeiro de instituições e/ou governos parceiros. Após um ano, poderia haver a rotatividade dos países na liderança das atividades do Núcleo.

Também para facilitar a implementação das atividades deve-se levar em consideração a experiência acumulada de iniciativas semelhantes, assim como verificar de maneira regular eventos de capacitação promovidos pelos órgãos da Convenção.

Em resumo, para garantir o sucesso do Núcleo é necessário ter clareza nos objetivos, responsabilidades, expectativas e recursos disponíveis (financeiros, humanos e tecnológicos).

Relatório do Primeiro Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência

Agradecimentos

O Seminário foi realizado graças ao apoio financeiro e/ou recursos humanos Alemanha, Bélgica, Brasil, Portugal, da Parceria para Transparência, Global Support Programme (PNUD/PNUE), PNUMA e CPLP.



Parceria para a Transparência
no Acordo de Paris



GLOBAL SUPPORT
PROGRAMME

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

On behalf of
Federal Ministry for the
Environment, Nature Conservation
and Nuclear Safety
of the Federal Republic of Germany

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE



GOVERNO DE
PORTUGAL
MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
CRECIMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

.be



Empowered lives.
Resilient nations.



CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

20 anos

Relatório do Primeiro Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência

ANEXOS

1. Agenda do Primeiro Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência;
2. Lista de participantes;
3. Apresentações realizadas pelos participantes:
 - i. “Parceria para a Transparência no Acordo de Paris” – Dia 1 Seção das 9h30 – 10h15
 - ii. “Panorama geral sobre transparência e MRV sob a UNFCCC” – Dia 1 Seção das 11h00 – 13h00
 - iii. “Sistema Nacional de Inventários de GEE de Moçambique” – Dia 1 Seção 14h00 – 15h30
 - iv. “Arranjo institucional para elaboração das CNs e dos relatórios bienais de São Tomé e Príncipe” – Dia 1 Seção 14h00 – 15h30
 - v. “Inventários de Gases de Efeito Estufa” – Dia 2 Seção 10h00 – 10h45
 - vi. “A experiência Portuguesa na realização de inventários de emissão de poluentes atmosféricos” – Dia 2 Seção 11h15 – 13h00
 - vii. “Exercício prático sobre inventários de GEE” – Dia 2 Seção 14h00 – 15h30
 - viii. “Softwares para inventários de GEE” – Dia 2 Seção 16h00 – 17h30
 - ix. “MRV de REDD+ do Brasil: Experiência e lições aprendidas” – Dia 3 Seção 9h15 – 10h45